



SisGCorp e as novas regras do Decreto 11.366/ 2023

No início do ano, o atual governo publicou o Decreto 11.366/2023, que mudou as regras para acesso à armas e munições. Em razão da suspensão de novos cadastros, o SisGCorp bloqueou a entrada de novos processos de concessão de CR PF- CAC e de concessão de CR PJ - Clube e Escola de Tiro. Além disso, houve bloqueio para o pedido de autorização de armas de uso permitido, que ficou indisponível durante tempo de reorganização e readequação ao Decreto, que alterou a quantidade de armas de uso permitido de 30 para 3, por pessoa.

Após o período de readequação pelo SisGCorp, finalmente está disponível o pedido de autorização para os CACs que não possuem até 3 armas. Com relação àqueles que já possuíam acervo maior do que o limite previsto, não terá empecilho, já que poderão adquirir 3 armas de uso permitido e incluir ao acervo anteriormente adquirido.

A maior preocupação advém do pronunciamento realizado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. De acordo com o Ministro, o Governo criará programa de recompra após a finalização do recadastramento de armas no sistema da Polícia Federal.

Até o momento, já foram recadastradas, aproximadamente, 66.488 armas dos chamados CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) de uso permitido e 2.464 de uso restrito. Contudo, o Ministro informou que haverá mudanças quanto às armas que se encaixam em uso permitido e, ademais, de uso restrito. Assim, o plano é que, após o recadastramento, as armas que ultrapassarem o limite entrem no programa de recompra. Não há maiores informações de como deverá ser o programa, já que uma ação compulsória de recompra ensejaria discussão judicial e forte instabilidade com o Congresso, o qual o Planalto tenta manter uma base de apoio coeso. A política de recompra, destarte, poderia ocasionar dissidências, em especial no União, PSD. O Partido União, doravante, já apresenta algum estresse com o governo, em razão de denúncias

contra o ministro das comunicações, Juscelino Filho (Uniao-MA). Sem maioria no partido, o governo federal perderia apoio para aprovar proposições na Câmara que exijam quórum qualificado.